

Mudanças nos regimes totalitários: da censura às câmaras de eco

*Danilo Silvestre Janeiro*¹

Resumo: A partir de Hannah Arendt, analisamos a relação entre totalitarismo e a imposição da “verdade”. Essa relação com a verdade é historicamente sustentada por um modelo de censura e memoricídio que cria bolhas epistêmicas. Com o surgimento das redes sociais e novos regimes de verdade, as bolhas epistêmicas foram sucedidas por câmaras de eco, fundadas na desacreditação ativa. Trata-se de uma evolução dos mecanismos totalitários, aniquilando a confiança coletiva através de um sistema que inocula os sujeitos contra informações contraditórias.

Palavras-chave: Totalitarismo; Bolhas epistêmicas; Câmaras de eco.

¹ Doutorando em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo - PPGHDL-USP. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3689760944062596>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7454-2221>. E-mail: danilo.silvestre@gmail.com.

Changes in totalitarian regimes: from censorship to echo chambers

Abstract: Drawing on Hannah Arendt, we analyze the relationship between totalitarianism and the imposition of 'truth.' This relation is historically sustained by a model of censorship and memocide that creates epistemic bubbles. With the rise of social media and new regimes of truth, epistemic bubbles have been succeeded by echo chambers, grounded in active discrediting. This represents an evolution of totalitarian mechanisms, annihilating collective trust through a system that inoculates subjects against contradictory information.

Keywords: Totalitarianism; Epistemic bubbles; Echo chambers.

Introdução

A compreensão de Hannah Arendt sobre a relação entre regimes autoritários e a concepção de "verdade" perpassa uma crítica profunda à tradição do pensamento ocidental, que historicamente tentou submeter a política a padrões epistemológicos absolutos. Para Arendtⁱ, o fenômeno totalitário não é um evento isolado, mas a realização de um destino apontado por uma tradição que, desde Platão, buscou substituir a fragilidade dos assuntos humanos pela solidez de fundamentos teóricos inquestionáveis. A gênese dessa tensão reside na oposição fundamental entre a verdade (episteme) e a opinião (doxa). Arendt argumenta que a política autêntica se fundamenta na pluralidade humana, ou seja, no fato de que vivemos em um mundo comum composto por seres únicos e diferentes, onde a verdade política é sempre relativa, aberta ao debate e dependente da persuasão. Em contrapartida, a concepção de uma verdade absoluta e universal é, por definição, coercitiva e anti-política, pois não permite ao espírito qualquer liberdade de recusa e é viável apenas para um ser solitário e abstrato.

Nos regimes totalitários, essa concepção de verdade absoluta manifesta-se através da ideologia, que Arendt define como a "lógica de uma ideia". A ideologia totalitária não se preocupa com fatos isolados, mas com a explicação de todo o processo histórico — passado, presente e futuro — a partir de uma única premissa lógica superior. Esse domínio da ideologia cria uma "tirania da razão" onde a realidade fática é sacrificada em nome da coerência interna do sistema, resultando na aniquilação da capacidade dos cidadãos de agir de forma espontânea e de emitir juízos baseados na experiência. Dessa forma, o totalitarismo busca a destruição da pluralidade, transformando a multiplicidade humana em uma massa homogênea, como se a diversidade de indivíduos se dissolvesse em um "Um-Só-Homem" de dimensões gigantescas. Os regimes

totalitários utilizam o terror como instrumento para solidificar essa unidade, construindo um "cinturão de ferro" que priva os sujeitos da comunicação e da relação consigo mesmos. A "verdade" oficial do totalitarismo torna-se, então, o único princípio organizador, exigindo uma lealdade total e incondicional que despoja o indivíduo de sua identidade e caráter únicos. Para Arendt, a relação entre o regime totalitário e a concepção de verdade desses regimes culmina no "mal radical", um sistema onde a realidade é substituída por uma ficção ideológica imposta pelo terror, tornando a convivência humana genuína impossível. Com isso, a tentativa de transpor a verdade absoluta para o domínio dos assuntos humanos torna-se o primeiro passo para a destruição do espaço público. Segundo Arendt, a política autêntica só pode sobreviver se for protegida contra as pretensões de uma verdade que dispensa a opinião alheia e ignora a multiplicidade de pontos de vista que constitui o mundo comum.

A fundamentação epistemológica da censura em regimes autoritários e totalitários reside, conforme a análise de Arendt, na tentativa de transpor uma concepção de "verdade absoluta" para a esfera dos assuntos humanosⁱⁱ. Na perspectiva arendtiana, a política autêntica opera no reino da doxa (opinião), onde a multiplicidade de pontos de vista constitui a realidade comum; contudo, regimes totalitários buscam substituir essa fragilidade pela solidez de uma ideologia que se pretende uma verdade superior e inquestionável. Essa submissão da política à "verdade" ideológica transforma a censura — e a frequente proibição de livros — não apenas em atos repressivos isolados, mas em instrumentos fundamentais de controle ontológico e de "planejamento" da realidade social.

A relação entre governos totalitários e essa concepção de verdade influencia a censura de maneira estrutural através de diversos mecanismos. O principal é a tentativa de monopólio da narrativa oficial. Visto que a ideologia totalitária se propõe a explicar o processo histórico integral, a existência de obras

que ofereçam interpretações divergentes é vista como um ataque à própria ordem da natureza ou da história. A leitura é entendida como um processo de apropriação e invenção de significados que pode subverter a intenção do regime e, portanto, os detentores do poder arbitrário tornam-se "guardiões da ordem", exigindo que todas as leituras sejam oficiais para que a "palavra do governante" baste. Um exemplo emblemático dessa vigilância foi o banimento de *Dom Quixote de la Mancha* pela junta militar no Chile, sob a justificativa de que a obra continha um apelo perigoso à liberdade individual e um ataque à autoridadeⁱⁱⁱ. A verdade absoluta do regime exige a erradicação do que é considerado "contaminação" intelectual. O regime nazista, por exemplo, precedeu o extermínio de pessoas pelo extermínio de livros, no que ficou conhecido como "Bibliocausto"^{iv}. A queima de obras de autores como Freud, Marx, Einstein e Mann em 1933 foi um ato simbólico de "purificação" da cultura alemã contra o "espírito diabólico do passado" e o "intelectualismo judeu", visando fazer com que o passado perecesse em chamas para que o "novo tempo" renascesse. Destruir o livro não é destruir um objeto físico, mas aniquilar o vínculo de memória e a multiplicidade que ele representa.

A concepção totalitária de verdade exige que a história seja maleável aos interesses do presente. Regimes autoritários frequentemente praticam o "memoricídio", destruindo bibliotecas e arquivos para apagar a identidade cultural de grupos rivais ou para reconstruir o passado conforme a ideologia dominante. Na China de Qin Shi Huang, livros foram queimados para que a contagem do tempo começasse com o imperador, iniciando um "tempo de verdade" através do apagamento das "mentiras" de obras antigas. No Brasil, após 1964, obras de autores como Dostoiévski e Josué de Castro foram expostas em praça pública como material subversivo, ilustrando como o regime definia o que era "conhecimento proibido" para as massas^v.

A concepção de verdade absoluta dos governos totalitários impõe um modelo de censura que visa erradicar a imprevisibilidade do pensamento criativo. Ao transformar a ação política em fabricação violenta da sociedade, o totalitarismo utiliza a interdição de livros para garantir que a realidade fática seja sacrificada em nome da coerência lógica de sua ficção ideológica. A censura cria, portanto, o que podemos chamar de “bolhas epistêmicas”. Esse conceito refere-se a uma estrutura onde vozes relevantes são omitidas como estratégia sistêmica de controle ontológico.^{vi} O cerne de uma bolha epistêmica é a limitação da cobertura de fatos e argumentos para garantir que o sujeito nunca encontre perspectivas divergentes, potencialmente capazes de romper essa “bolha”. A censura que proíbe e destrói livros, por exemplo, visa aniquilar o vínculo de memória de uma cultura e eliminar perspectivas anteriores divergentes do momento histórico atual. Fernando Báez^{vii} argumenta que a destruição de bibliotecas — como no Iraque ou em Sarajevo — é um esforço para impor uma concepção de mundo uniforme e absoluta, eliminando qualquer rastro de pensamento que não confirme a postura oficial. Essa prática cria uma bolha epistêmica radical no tempo: ao apagar o passado, o regime tenta iniciar um “tempo de verdade” artificial, onde o sujeito fica aprisionado em um presente perpétuo desprovido de referências históricas.

Embora as bolhas epistêmicas funcionem primariamente pela omissão, o que defendemos nesse presente artigo é que a censura autoritária evoluiu no passado recente para a criação de “câmaras de eco”^{viii}, onde as fontes externas não são necessariamente silenciadas, mas sua confiabilidade é ativamente destruída. Ao desacreditar sistematicamente a “mídia convencional” ou o “intelectualismo”, grupos totalitários garantem que, mesmo se uma informação divergente penetrar na bolha, ela será imediatamente rejeitada por ser considerada “mentirosa” ou “maliciosa”.

Para entender essa mudança nos regimes autoritários é necessário estabelecer uma distinção rigorosa entre dois fenômenos que, embora frequentemente confundidos no discurso público, operam sob lógicas estruturais e dinâmicas de resistência radicalmente distintas: as “bolhas epistêmicas” e as “câmaras de eco”. A precisão conceitual nessa área é imprescindível porque a natureza da falha epistêmica e as estratégias de remediação podem divergir profundamente entre os dois fenômenos.

O ponto central das bolhas epistêmicas está na insuficiência de cobertura, ou seja, na falha sistêmica na rede informacional do sujeito que impede o acesso a uma gama diversa de argumentos e evidências. Embora a censura tente ativamente aprofundar essa falha sistêmica, indivíduos tendem a formar redes baseadas em afinidades sociais, conectando-se com pares que compartilham visões de mundo semelhantes, o que cria filtros naturais de reforço mútuo.

Esses filtros naturais acabam reforçados pelas mecânicas de personalização nos sites de busca e nas redes sociais, que operam de forma opaca selecionando informações que confirmam o perfil do usuário e ocultando perspectivas divergentes. No entanto, uma característica definidora da bolha epistêmica é a sua fragilidade: uma vez que seu mecanismo é a omissão de informações divergentes, a bolha pode ser “estourada” através da simples exposição do sujeito às evidências e argumentos que lhe foram sonegados. Há, inclusive, certa pressão social para que os indivíduos evitem o vício que Nguyen intitula de “preguiça epistêmica”, incentivando a pesquisa na internet e assumindo que há ampla disponibilidade de fontes alternativas fora do círculo conhecido imediato. Isso se dá porque há um discurso recorrente, de viés iluminista, de que a educação e o estudo libertariam os sujeitos dos seus opressores, rompendo com as bolhas epistêmicas e permitindo o conhecimento da verdade.

Esse discurso que credita à informação o caminho da liberdade encontra como algoz a proliferação acelerada das câmaras de eco. Diferentemente da bolha, a câmara de eco é uma estrutura social na qual vozes externas não são excluídas, mas sim desacreditadas. Enquanto a bolha é um problema de conectividade, a câmara de eco envolve a manipulação da confiança e da credibilidade daquilo com o que nos conectamos. Membros de uma câmara de eco são condicionados a atribuir deméritos epistêmicos — como desonestidade, malícia ou corrupção — a qualquer fonte externa ao grupo a que pertence.

Com isso, é possível realizar uma inoculação epistêmica: através de um mecanismo de reforço de discordância, as lideranças da câmara de eco preveem que observadores externos tentarão minar a "verdade" do grupo com evidências falsas. Quando o membro entra inevitavelmente em contato com tais evidências, o fato de elas terem sido "previstas" não apenas neutraliza o seu impacto, como também aumenta a confiança na fonte interna que fez a previsão. Ou seja, em vez de estourar a bolha, o contato com a diferença reforça a bolha previamente instaurada. Dessa forma, a câmara de eco é extraordinariamente robusta. Ao contrário das bolhas, a mera exposição a informações divergentes é ineficaz e pode ser até mesmo contraproducente, fortalecendo a lealdade ao grupo ao confirmar a narrativa de que o mundo externo é hostil e enganoso.

Enquanto a bolha exclui por omissão, a câmara de eco exclui por descrédito. A exposição a novos fatos destrói a bolha, mas frequentemente reforça a câmara de eco. A bolha resulta em ignorância por falta de cobertura, enquanto a câmara de eco resulta em uma resistência à evidência baseada em uma reconfiguração radical dos níveis de credibilidade. Com isso, a remediação de uma câmara de eco exige mais do que a disseminação de fatos — ela requer uma reestruturação da confiança. Como o sistema de crenças do sujeito foi blindado contra evidências externas, o caminho para a saída muitas vezes depende da construção de pontes

de confiança pessoal com indivíduos fora do círculo, que sirvam como mediadores para um "reboot" epistêmico^{ix}. Enquanto as bolhas epistêmicas representam falhas na arquitetura da informação, as câmaras de eco representam armadilhas profundas ancoradas na psicologia social da crença.

A transição da bolha epistêmica para a câmara de eco em nosso cenário político contemporâneo representa uma mudança qualitativa e estrutural nos mecanismos de controle social e ontológico exercidos pelos regimes totalitários. Se, na perspectiva de Arendt, o totalitarismo visa a aniquilação da pluralidade humana e a substituição da realidade fatural por uma "ficção ideológica", a distinção entre esses dois fenômenos epistêmicos revela como o poder arbitrário evolui de uma estratégia baseada na omissão para uma fundamentada na desacreditação sistemática da alteridade. Em uma bolha epistêmica, o mecanismo de controle dos regimes totalitários é primariamente a omissão. O regime atua como um "guardião da ordem", utilizando a censura prévia para garantir que vozes divergentes não alcancem o espaço público. O controle, portanto, baseia-se na criação ativa da ignorância, do silenciamento de perspectivas contrárias por falta de exposição, estratégia sempre fadada ao fracasso porque sempre há algo que escapa à censura, sempre há o contato com uma alteridade inesperada e não previamente imaginada pelo regime. Nas câmaras de eco, no entanto, o regime não apenas esconde a informação, mas inocula no sujeito o demérito epistêmico contra qualquer fonte externa, classificando-a como maliciosa, corrupta ou "inimiga do povo". O controle desloca-se da barreira física (um livro proibido) para a barreira psicológica (a desconfiança em quem o escreveu). Quando o regime "prevê" que a mídia, cientistas e acadêmicos tentarão minar o regime com "falsas evidências", o confronto do cidadão com esses fatos divergentes não destrói a crença, mas a reforça. Ao ouvir exatamente o que o regime previu que seria dito pelos "inimigos",

o cidadão vê uma confirmação da perspicácia dos seus líderes e a evidência contrária não apenas é neutralizada, mas também convertida em prova de lealdade.

Nos mecanismos de controle da câmara de eco, ocorre um fenômeno de inteligência mandevilliana reversa^x. Em sociedades saudáveis, virtudes individuais — como a curiosidade ou o desejo de verificar fontes — contribuem para o conhecimento coletivo. Em uma câmara de eco totalitária, a estrutura social perverte essas virtudes. O cidadão pode agir de forma "epistemicamente vigorosa", analisando assiduamente os dados fornecidos pelo regime — buscando dados, justificativas e "decriptando" a realidade — mas como seus padrões de confiança básica foram manipulados, esse esforço intelectual apenas o enterra mais profundamente na ficção ideológica. O controle deixa de exigir passividade e passa a fomentar um tipo de "engajamento cego"^{xi}, com verniz crítico, onde o indivíduo se sente autônomo e agindo contra a lógica totalitária enquanto, de fato, mergulha cada vez mais nela. Para Arendt, o totalitarismo constrói um "cinturão de ferro" que isola os sujeitos, impedindo a comunicação e a ação conjunta. A câmara de eco aperfeiçoa esse isolamento ao destruir a base comum de conhecimentos necessária para o julgamento político^{xii}. Enquanto a bolha epistêmica pode ser remediada pela educação e disseminação de fatos, a câmara de eco exige uma reestruturação radical da confiança: como o sistema de crenças foi blindado contra a realidade, a fuga dessa estrutura muitas vezes depende não de novos dados, mas da construção de pontes de afeto e confiança com indivíduos fora do círculo ideológico, que possam mediar a percepção de que a "verdade" do regime é uma construção deliberada de controle. A mudança da bolha para a câmara de eco marca, portanto, a transição de um regime que tenta esconder a realidade para um que ensina os sujeitos a odiarem as verdades que venham de fora, tornando o domínio totalitário extraordinariamente sólido e resistente à correção

fatual. Essa nova dinâmica revela uma mutação profunda nos mecanismos de dominação, ontológica: deixam de ser apenas atos de interdição para se tornarem uma engenharia de "planejamento da realidade" e "gestão da desconfiança". A realidade fatual é permanentemente sacrificada — não escondida — em nome da coerência interna da mentira organizada. As redes sociais e suas câmaras de eco são, portanto, o laboratório tecnológico perfeito para essa mudança radical.

As câmaras de eco no ecossistema das redes sociais representam um dos fenômenos mais críticos da contemporaneidade: as redes sociais não apenas hospedam esses fenômenos, mas atuam como catalisadores que transformam a mera omissão informacional em uma desacreditação sistemática da alteridade. Redes sociais facilitam a disseminação de narrativas que rotulam a "mídia convencional" ou especialistas como inimigos, criando uma disparidade de confiança que isola o sujeito. Enquanto o mundo externo é desacreditado, as vozes internas aprovadas pelo grupo recebem uma "confiança desenfreada", muitas vezes sem limites para o teto de credibilidade, com narrativas elásticas o suficiente para se moldarem às mudanças de conjuntura e permitirem algum nível de descoberta e invenção por parte dos sujeitos.

Teorias da conspiração e movimentos conspiracionistas como o QAnon utilizam a dinâmica lúdica das redes sociais para transformar a busca pela verdade em um "jogo sério" (*serious play*)^{xiii} de decifração de pistas. Nesses casos, a crença torna-se um sinal de pertencimento e a realidade fatual é transformada para manter a coesão do grupo, transformando o vigor intelectual individual em um instrumento de reforço da própria armadilha epistêmica. O sujeito sente-se intelectualmente virtuoso, empoderado e galgando hierarquias dentro dos grupos a que pertence ao "pesquisar por conta própria" nas redes, mas como seus padrões de confiança básica já foram previamente estabelecidos pela estrutura da câmara — da mesma maneira que as regras de um jogo são previamente

estabelecidas pelos jogadores participantes — esse esforço apenas o enterra mais profundamente na ficção do grupo, sua lógica interna e sua hierarquia própria. Daí a compreensão de Van Leeuwen de que os novos regimes totalitários exigem a compreensão do lúdico, dados os paralelos inegáveis entre o conspiracionismo e a estrutura proposta pelos jogos coletivos. Se a princípio nossa intenção com esse artigo é apenas compreender a mudança de paradigma na relação do totalitarismo com a verdade, esperamos que a futura investigação das pontes afetivas e do lúdico sirvam como pistas importantes de estratégias possíveis de combate a esses mecanismos totalitários.

Considerações

A aparente contradição entre a "ditadura da razão" temida por Hannah Arendt e a contemporânea "crise da verdade" revela, sob uma análise epistemológica, não uma oposição, mas uma mutação funcional nos mecanismos de dominação totalitária. Enquanto Arendt identificou que a obsessão pela verdade absoluta (episteme) destruía a pluralidade política da opinião (doxa), a crise da verdade atual, manifesta em câmaras de eco e na desconfiança sistêmica, opera como uma reengenharia daquele mesmo isolamento ontológico necessário ao poder arbitrário.

Arendt argumenta que o totalitarismo utiliza a ideologia não como um conjunto de crenças, mas como uma lógica que pretende explicar todo o processo histórico a partir de uma concepção sólida de verdade. Nesse sistema, a realidade fatural sempre será sacrificada em nome da coerência interna do argumento ideológico. A crise da verdade contemporânea intensifica esse processo, já que as câmaras de eco operam através da desacreditação ativa de qualquer fonte externa e o conceito de verdade, ainda presente, deixa de ser um mapa para navegar no mundo e torna-se um sinalizador de pertencimento a um grupo^{xiv}.

Como mencionamos, para Arendt o totalitarismo levanta-se contra qualquer voz dissonante, privando o sujeito da relação com o mundo comum e consigo mesmo. A câmara de eco é a materialização tecnológica desse isolamento: ela não apenas retira o acesso à evidência contrária como também utiliza a própria evidência contrária como prova da malícia do "inimigo" através da preempção evidencial. Quando o totalitarismo prevê que o mundo externo tentará enganar os seguidores com "falsas provas", o confronto com a realidade não destrói a ficção ideológica, mas a reforça, validando a perspicácia dos líderes^{xv}. A contemporânea crise da verdade empodera o totalitarismo ao tornar a "verdade absoluta" do regime a única âncora possível para um sujeito atomizado. Nessa circunstância, a mentira organizada torna-se mais atraente do que a realidade fragmentada, pois oferece uma coerência interna que o mundo, em sua pluralidade, não possui. Portanto, a crise da verdade não é o oposto da ditadura da razão de Arendt, mas sua evolução tecnológica. Se antes o perigo era submeter a política a padrões teóricos absolutos, hoje o perigo é a destruição da própria infraestrutura de confiança que permite a existência de fatos comuns. O resultado é o mesmo: a aniquilação do espaço público e a substituição da pluralidade humana por uma massa homogênea condicionada pela desconfiança.

Notas

ⁱ ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ⁱⁱ VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: Totalitarismo e Filosofia. **Kalagatos** – Revista de Filosofia, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 91-109, 2012.

ⁱⁱⁱ COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da; GERMANO, José Willington. Conhecimento Proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários. **Revista Inter-Legere**, Natal, n. 11, p. 147-158, 2012.

^{iv} BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

^v COSTA; GERMANO, *Idem*, 2012.

^{vi} NGUYEN, C. Thi. Echo Chambers and Epistemic Bubbles. **Episteme**, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020.

vii BÁEZ, *Idem*, 2004.

viii NGUYEN, *Idem*, 2020.

ix LEVY, Neil. Conspiracy theories as serious play. **Australasian Journal of Philosophy**, 2023.

x NGUYEN, *Idem*, 2020.

xi DARNTON, Robert. **Censores em ação**: Como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

xii PERINI-SANTOS, Ernesto. **Viver é fácil de olhos fechados**: Fake news, negacionismos e teorias da conspiração. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2025.

xiii VAN LEEUWEN, Neil; LOMBROZO, Tania. The Puzzle of Belief. **Cognitive Science**, v. 47, 2023.

xiv VAN LEEUWEN, Neil. Religion as Make-Believe: A Theory of Belief, Imagination, and Group Identity. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2023.

xv ALFANO, Mark; KLEIN, Colin; DE RIDDER, Jeroen. **Social Virtue Epistemology**. London/New York: Routledge, 2022.

Referências

ALFANO, Mark; KLEIN, Colin; DE RIDDER, Jeroen. **Social Virtue Epistemology**. London/New York: Routledge, 2022.

ARENDT, Hanna. **Origens do totalitarismo**: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: *Das tábuas sumérias à guerra do Iraque*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da; GERMANO, José Willington. Conhecimento Proibido: a interdição da leitura em regimes políticos autoritários. **Revista Inter-Legere**, Natal, n. 11, p. 147-158, 2012.

DARNTON, Robert. **Censores em ação**: Como os Estados influenciaram a literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEVY, Neil. Conspiracy theories as serious play. **Australasian Journal of Philosophy**, 2023.

NGUYEN, C. Thi. Echo Chambers and Epistemic Bubbles. **Episteme**, v. 17, n. 2, p. 141-161, 2020.

PERINI-SANTOS, Ernesto. **Viver é fácil de olhos fechados**: *Fake news, negacionismos e teorias da conspiração*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2025.

VAN LEEUWEN, Neil. *Religion as Make-Believe: A Theory of Belief, Imagination, and Group Identity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2023.

VAN LEEUWEN, Neil; LOMBROZO, Tania. The Puzzle of Belief. **Cognitive Science**, v. 47, 2023.

VICENTE, José João Neves Barbosa. Hannah Arendt: Totalitarismo e Filosofia. **Kalagatos** – Revista de Filosofia, Fortaleza, v. 9, n. 18, p. 91-109, 2012.

Enviado: 30/04/2026
Aprovado: 15/08/2026
Publicado: 28/09/2026